

## **MULHERES NO CAMPO: divisão sexual do trabalho em propriedades da cafeicultura convencional no Sul de Minas Gerais**

## **MUJERES EN EL CAMPO: división sexual del trabajo en propiedades de la cafeicultura convencional en el sur de Minas Gerais**

**Letícia Almeida Araújo**

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza, Mestranda em Geografia  
araujo.leticia.almeida@gmail.com

**Tamyris Maria Moreira da Costa**

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza, Graduada em Geografia  
tamyrismoreiracosta@gmail.com

**Thais de Cássia Silva Lemos**

Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Geociências, Mestranda em Geografia  
thaisdecassiasilvamos19@gmail.com

### **Resumo**

Diante de uma sociedade patriarcal, capitalista e opressora, consiste a urgente compreensão da visibilidade da força de trabalho feminina, em especial das mulheres do campo, ainda mais vulneráveis dentro dessa lógica. Ao falar sobre o papel da mulher na agricultura, com destaque na cafeicultura mineira, é necessário compreender a participação e valorização destas mulheres nos setores de cooperativismo, administração da propriedade, nos campos da divisão sexual do trabalho, reconhecimento no mercado, e nas divisões desiguais das múltiplas jornadas de trabalho, atividades que estão amplamente envolvidas e não possuem reconhecimento ou valorização financeira de seu trabalho, visto muitas vezes como ajuda. Com as mulheres da agricultura convencional do Sul de Minas estudadas nesse trabalho, consideradas dentro da agricultura familiar, essa valorização ainda está longe de ocorrer de maneira justa e ideal, o que agrada as empresas voltadas ao capital envolvidas e toda uma estrutura de séculos que explora o trabalho feminino em todas as esferas. Tais temáticas são importantes de serem estudadas na Geografia Agrária, pois permitem amplas reflexões de conceitos e práticas mais que nunca necessárias.

**Palavras-chave:** Mulheres. Divisão Sexual do Trabalho. Cafeicultura. Cooperativismo. Agricultura Familiar.

### **Resumen**

Frente a una sociedad patriarcal, capitalista y opresiva, existe una comprensión urgente de la visibilidad de la fuerza laboral femenina, especialmente de las mujeres rurales, que son aún más vulnerables dentro de esta lógica. Cuando se habla del papel de las mujeres en la agricultura, especialmente en la producción de café en Minas Gerais, es necesario comprender la participación y el aprecio de estas mujeres en los sectores de las

cooperativas, en la gestión de la propiedad, en los campos de la división sexual del trabajo, el reconocimiento en el mercado y en las divisiones desiguales de las múltiples horas de trabajo, actividades que están ampliamente involucradas y no tienen reconocimiento o apreciación financiera de su trabajo, a menudo visto como una ayuda. Con las mujeres de la agricultura convencional en el sur de Minas estudiadas en este trabajo, considerándolo dentro de la agricultura familiar, esta valoración aún está lejos de ocurrir de una manera justa e ideal, lo que agrada a las empresas orientadas al capital involucradas y a toda una estructura de siglos que explora el trabajo de las mujeres en todas las esferas. Tales temas son importantes para ser estudiados en Geografía Agraria, ya que permiten reflexiones amplias sobre conceptos y prácticas más que nunca necesarias.

**Palabras-clave:** Mujeres. División Sexual del Trabajo. Cultivo del café. Cooperativismo. Agricultura familiar.

## **Introdução**

A inserção do capitalismo na agricultura brasileira, sobretudo com a modernização agrícola, baseada na Revolução Verde, pós-década de 1960 e todo um processo que foi transformando a relação da agricultura com a indústria, na formação dos complexos agroindustriais, que evoluiu para agronegócio denominação adotada pós-década de 1990, teve como uma de suas consequências, a exploração e apropriação de terras e propriedades, que por vez comprometeu a permanência dos agricultores familiares no campo, ocasionando um grande êxodo rural.

Todavía, apesar das dificuldades, boa parte da agricultura familiar brasileira manteve-se no campo, resistindo aos ditames do capital, gerando empregos e produzindo alimentos. O reconhecimento de sua importância será relatado, em partes, a partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e pelas discussões levadas aos sindicatos. Afinal, é ela quem alimenta boa parte das mesas dos brasileiros, possui um papel importante para a economia do país e para o desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Entre as produções familiares está a produção de café, que no Brasil, além de possuir uma importância econômica para o mercado interno e externo, também tem um importante papel para o desenvolvimento social, onde é produzido em grande parte por agricultores familiares, agregando assim, um grande número de mão-de-obra. A cafeicultura desenvolvida pelos agricultores familiares pode contribuir para a diminuição

do êxodo rural que ocorre pela oportunidade de trabalho e renda no campo (SIQUEIRA; SOUZA; PONCIANO, 2011).

A comercialização da produção de café no Brasil ocorre por intermédio das cooperativas. O sistema cooperativista surge de um processo de associação, auxiliando nos métodos de produção, partindo das necessidades de melhorias no desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto familiar, estão as mulheres, cujo papel no meio rural vem se alterando, embora suas funções ainda sejam consideradas secundárias, pois a elas cabem as tarefas consideradas “mais leves”, como as atividades domésticas, o cuidar dos filhos, idosos, das hortas e animais de pequeno porte. Por outro lado, seu trabalho no cultivo da terra é considerado como “ajuda”, como se as atividades do roçado fossem apenas atividades de homens, desse modo, continuam sendo desvalorizadas.

Essa invisibilidade se expressa pela relação patriarcal, na qual as atividades realizadas pelos homens possuem um valor mais agregado ao capital, que mesmo desvalorizando monetariamente o trabalho das mulheres, o mesmo não diminuí para elas, que continuam trabalhando na esfera doméstica, no roçado, nas atividades fora de casa, e acabam contribuindo para o capital, seja produzindo mercadorias ou possibilitando os bastidores da vida produtora de seu marido.

Desta maneira, o objetivo desse artigo parte da necessidade de discutir sobre as relações de gênero no campo, principalmente dentro da divisão sexual do trabalho no contexto da cafeicultura, tipo de produção que vem mantendo famílias no campo. Para tanto, procura entender a vida da mulher cafeicultura em cidades do Sul de Minas Gerais, a partir das relações capitalistas e patriarcais.

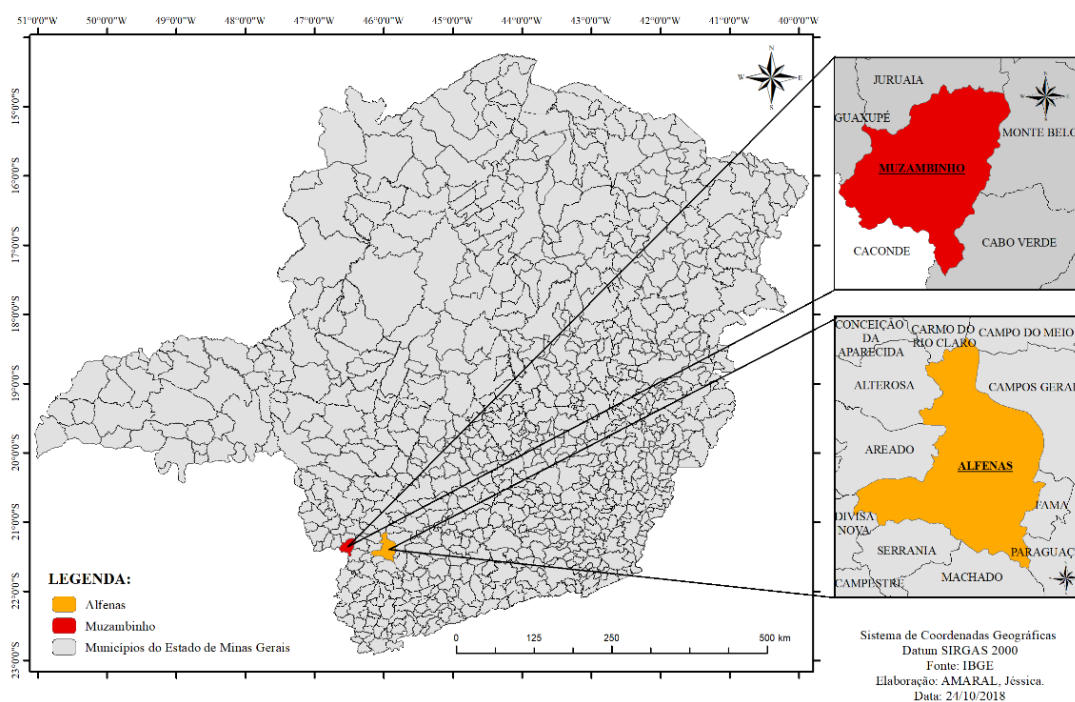
O presente trabalho aborda tais temáticas, mas surgiu de uma pesquisa mais ampla realizada em propriedades da cafeicultura orgânica e convencional no sul de Minas Gerais, durante 2017 e 2018, com o objetivo de comparar a questão de gênero na agricultura familiar dentro desses dois sistemas de produção.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na busca documental, revisão bibliográfica e levantamento teórico das temáticas de gênero no campo, agricultura familiar, sistemas de produção, trabalho feminino, divisão sexual do trabalho, cafeicultura e cooperativismo. Na segunda etapa, foi realizada uma entrevista com o presidente da COOXUPÉ, cooperativa mineira em que as entrevistadas estão relacionadas, com o

objetivo de avaliar a visão da empresa sobre o papel da mulher dentro desse espaço, como cooperada ou como mulher de um cooperado, e a terceira etapa consistiu na aplicação de questionários juntos aos produtores rurais cooperados e entrevistas com as mulheres das unidades de produção familiar nos bairros rurais dos municípios de Alfenas e Muzambinho na cafeicultura convencional, e no município de Poço Fundo na orgânica. As cidades selecionadas, dentro da microrregião, possuem expressivo número de produtores cooperados, e são caracterizadas por uma economia rural de significativa importância.

A partir das entrevistas com as quinze mulheres selecionadas do sistema convencional de produção da cafeicultura, que surgiram discursos a serem analisados nesse trabalho, referentes à questão da divisão sexual do trabalho no campo e desvalorização do trabalho da mulher. Os bairros rurais das propriedades entrevistadas foram Cascalho e Mandassaia em Alfenas e Palmeia, Três Barras e Soledade em Muzambinho.

**Mapa 1 - Localização geográfica dos municípios de Muzambinho (MG) e Alfenas (MG)**



Diante destas constatações, esse artigo se estrutura dentro das temáticas pesquisadas, em compreender como se dá a divisão sexual do trabalho no campo, e como a mulher ainda arca com todas as esferas de trabalho, sejam produtivas ou reprodutivas.

Depois, procura mostrar como o capital atua através de cooperativas que visam atender mais ao mercado do que apoiar os seus cooperados, onde o trabalho das mulheres se faz fundamental, mas não possui espaço para reconhecimento, e pouco vem sendo feito pelas cooperativas, principalmente no sistema convencional de produção.

Por fim, são expostas algumas falas das entrevistadas desse tipo de produção em cidades no Sul de Minas, onde através de suas vivências como agricultoras familiares, cooperadas ou esposas de cooperados, vivem e trabalham no campo passando por várias experiências nessa divisão desigual e sexista do trabalho, que comprovam o quanto ainda se tem a avançar e com urgência.

### **A divisão sexual do trabalho: vida da mulher no campo e suas funções produtivas e reprodutivas**

A mulher está inserida em uma sociedade na qual prevalece as relações do homem, onde as atividades realizadas pelos mesmos são mais valorizadas e bem remuneradas do que as atividades realizadas pelas mulheres, e isso se resulta, da divisão sexual do trabalho. O termo de divisão sexual do trabalho, se origina na França, com dois conteúdos de discussões na qual aborda Hirata e Kergoat (2007, p. 263):

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho possui uma relação social entre os sexos, de modo que a relação dos homens é de mais privilégio do que as relações das mulheres. Alves et al. (2012, p. 4216) coloca que durante a história da divisão sexual do trabalho sofreu grandes processos:

Na evolução do processo histórico do capitalismo, a divisão do trabalho sofreu profundas transformações com a utilização da tecnologia, da organização e controle do trabalho. Desenvolveu-se uma relação entre os indivíduos e a

natureza por meio do trabalho, passada de geração em geração, sendo modificada pelas gerações seguidas, somando uma massa de forças produtivas, capitais e formas sociais de intercâmbio, designando as condições de vida encontradas pelas diferentes gerações. As contradições do modo de produção são evidenciadas na divisão do trabalho entre aqueles que se apropriam e controlam os meios de produção, entre as diversas famílias, entre a distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho e dos produtos, e, na divisão do trabalho entre os sexos.

Mesmo com as modificações ocorrentes durante a história, a divisão sexual do trabalho caracteriza quais são as atividades realizadas por homens e quais devem ser realizadas por mulheres, e, ainda assim, existe uma relação hierarquia como aponta Hirata e Kergoat (2007, p. 599, grifos dos autores):

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie.

A divisão sexual do trabalho se dá por caráter próprio, e mesmo que as relações se modifiquem e a mulher conquiste seu espaço, as funções realizadas por elas sempre serão de menor importância, relacionada as funções realizadas pelos homens, isso ocorre, pois, o capitalismo desvaloriza as funções das mulheres e colocando o homem como dominante no espaço patriarcal. E isso dentro da agricultura familiar se torna ainda mais frequente, pois a comercialização e a distribuição da renda são atividades realizadas por homens, a ele também cabe a participação nas cooperativas e sindicato e por mais que a mulher venha conquistando seus espaços principalmente nas cooperativas, é algo ainda raro (MESQUITA, 2012). Dessa forma, se torna importante compreender as relações das mulheres na propriedade familiar e suas relações com a divisão sexual do trabalho.

As funções da agricultura familiar mudaram com o tempo e as funções das mulheres assim também modificaram. Com a implementação do trabalho livre, o trabalho familiar passa ser importante e essencial, no colonato, no qual as atividades eram realizadas pelo número de mãos, ou seja, pelo número de pessoas da família que pudesse trabalhar, porém ao homem sempre cabia a autoridade de comandar as atividades.

No regime de colonato, o contrato familiar era assinado pelo chefe da família, o qual também recebia o ordenado familiar. Ao homem cabia a autoridade de coordenar as atividades; às crianças, o cuidado dos pequenos animais e da colheita; e à mulher, os trabalhos domésticos, a produção dos valores de uso, o cultivo da roça de subsistência e a colaboração na colheita do café. O pagamento era determinado pelo número de "enxadas" – trabalhadores adultos - que deveriam ser no mínimo três. Assim é que o comportamento reprodutivo das famílias se pautava muito nessa linha de preocupação. (ROSSINI, 1993, p. 2, grifos da autora).

Quando o colonato é transformado em trabalho assalariado, a organização específica familiar também se modifica, pois nesse novo modo as mulheres e seus maridos recebem separadamente e assim as funções deles se modificam, já que as atividades femininas têm um menor valor agregado e de não valorização.

Na sociedade em geral existe uma grande desigualdade entre homens e mulheres, e isso no campo é ainda mais evidente (SILVA; MATOS, 2014). Isso ocorre pela invisibilidade maior do trabalho das mulheres no meio rural, o que tem contribuído para ao “êxodo rural feminino”. Para Brumer (2008) o urbano é um local de acesso aos estudos e oportunidades de trabalhos, oportunidades não encontradas no campo.

Essa desvalorização é observada na divisão sexual do trabalho, que coloca as funções da mulher como secundárias, tornando-se responsável pelo trabalho doméstico, o cuidar dos filhos, da horta, dos animais de pequeno porte, e principalmente responsável pela função de reprodução e criação de filhos, enquanto que o homem se torna responsável pela renda familiar, considerado o chefe da família (ROHNETL, 2014).

Como as atividades domésticas não são consideradas trabalho, por não serem remuneradas (ROSSINI, 1993), quem as exerce está excluída do mundo da produção, ou seja, as mulheres. Sendo assim, as atividades não comerciais, aquelas que não geram renda são responsabilidades das mulheres, já as atividades comercializadas são responsabilidades dos homens, mesmo que elas participem da produção. Isso ocorre no caso do trabalho do no roçado que, quando é realizado pelo homem é considerado como sua função, por excelência, na família, já o da mulher é visto como “ajuda” (NOBRE, 1998, grifos nosso), uma vez que não possui um valor econômico.

Nas relações e divisão sexual do trabalho, as atividades dos homens e das mulheres são importantes e são direcionadas para o mesmo fim- o de manutenção da família-, e mesmo que todos da esfera familiar trabalhem, é a mulher que desempenha uma dura jornada de trabalho envolvendo-se em todas as esferas de produção

(ROHNETL, 2014). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho contribui para a desvalorização da mulher no campo, pois suas atividades por muitas as vezes, não são reconhecidas como fundamentais. É necessário entender que existem dois aspectos que estabelece a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no campo.

O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem (por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização) ou que sua situação de trabalhadoras eventuais propicia (devido à manutenção de suas obrigações na esfera da reprodução). (BRUMER, 2004, p. 212).

De acordo com Silva (2010), cada vez mais as mulheres passaram a atuar em atividades agrícolas como trabalhadoras rurais assalariadas, participando da renda familiar a partir de sua renumeração, sobretudo nas atividades relacionadas aos canaviais, laranjais, lavoura de café, entre outras. No entanto, a partir de então, elas passaram a ter jornada dupla de trabalho, ou melhor, tripla, no caso das mulheres rurais, já que, além dos afazeres domésticos, também cuidam do quintal (horta e criação de animais), depois de um dia intenso de trabalho.

Um outro fator nas funções assalariadas diz respeito à jornada de trabalho, uma vez que embora as mulheres tenham a mesma carga horário que os homens, recebem um valor inferior a eles (NOBRE, 1998). Essa desigualdade salarial expressa que as mulheres são exploradas duas vezes, uma pelo salário inferior e outro por ser mulher, o que mostra com clareza a desvalorização com as mulheres, seja pelas atividades realizadas dentro ou fora da propriedade no ambiente rural (SILVA; MATOS, 2014).

As mulheres do campo realizam, então, uma múltipla jornada, que em maior parte não é remunerada e quando ocorre renumeração na maior parte das vezes a mesma entrega o dinheiro para o marido que é considerado o “chefe da família” (BUENO, 2017). Dessa forma, as atividades realizadas pelas mulheres possuem pouco valor econômico e quando são remuneradas, seu dinheiro é apenas considerado como auxiliar da renda, ou seja, apenas complementar. O capitalismo utiliza da força de trabalho feminina de forma



exploratória nos espaços produtivos e nos trabalhos de desvalorização são os que ela exerce as atividades domésticas (SANTOS; SANTOS, 2015).

A autora Lopes (2017), aborda que garantir apenas os direitos das mulheres não é algo suficiente, na qual os direitos contribuem apenas para autonomia das mesmas, pois o capitalismo na qual elas estão inseridas contribui para uma desigualdade sociedade e isso faz com que a opressão e exploração se tornem ainda mais frentes nas classes mais desfavorecidas. Destaca ainda, dois pontos muito importantes: o primeiro, é a relação do empoderamento feminino que caracteriza que a mulher possui um espaço de poder, porém, a autora questiona que no modelo capitalista não existe empoderamento, pois o poder não ocorre de maneira ampla e que as mesmas não possuem poder acima dos homens e que muitas delas para conseguir o empoderamento submetem a má condições de trabalho. Outro ponto discutido, é sobre a relação do patriarcado, que não se modifica em sua estruturação, pois enquanto as mulheres continuarem sendo exploradas, o patriarcado é sustentado (LOPES, 2007).

E a relação patriarcal no campo, se dá pela função de gerenciar as produções, e assim, o homem se torna responsável pela produção da terra.

Fica reservado ao homem realizar a ligação fundamental com a terra, garantindo a ele o poder de deliberação sobre a produção, a forma de produzir, por quem e quando produzir. Dada esta sua responsabilidade de comando, os méritos financeiros e, portanto, os resultados em termos de capital, quando positivos, ficam reservados a ele. (LUSA, 2012, p. 98).

Dessa forma, a mulher no campo sofre com um grande processo de exploração do capital, já que as atividades na qual ela exerce, não são valorizadas e nem renumeradas de forma justa. Consequentemente, esse processo também acontece em uma desvalorização por parte dos membros familiares, que não valorizam as atividades realizadas por elas no ambiente rural e que também reflete pela não valorização e reconhecimento das mesmas, na qual por não compreender a relação desse sistema se submetem em condições desfavoráveis.

### **Cafeicultura convencional e cooperativismo: a inserção da mulher do campo**

Na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas Gerais a produção de café tem se destacado há tempos, assim a economia de muitos municípios é considerada como economicamente agrária, além de ser o principal meio de produção de trabalho de muitas famílias. A identificação das famílias das mulheres entrevistadas como sendo agricultores e agricultoras familiares, veio do trabalho de Gasson e Errington (1993), que de acordo com a obra de Abramovay, destacam seis características principais da agricultura familiar: a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e; os membros da família vivem na unidade produtiva. (GASSON; ERRINGTON 1993, p.20 apud ABRAMOVAY, 1997, p. 7)

Diante deste modo de produção familiar, é necessário pontuar que para manter uma produção de café nos moldes das cooperativas que visam o agronegócio, é um trabalho desafiador e limitante, uma vez que a cadeia produtiva dos produtores de café do sul/sudoeste de Minas Gerais é curta e pouco complexa. Segundo Vale (2018) para a agricultura familiar, as dificuldades de acesso aos meios modernos de produção, tem feito com que continuem produzindo café de forma tradicional, se comparado com os grandes produtores. Esses veem dominando em termos de área na região, com a expansão das grandes propriedades e se especializando no agronegócio do café.

De acordo com Mattei (2005) um dos programas que atua na contribuição para a modernização do campo, principalmente aos pequenos e médios produtores de café é o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que foi instituído em 1996, atendendo uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, onde demandava a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para a agricultura brasileira.

No entanto, é necessário destacar os riscos deste financiamento para os cafeicultores, uma vez que as condições de pagamento e o valor dos juros aumentam a cada ano, o produtor está a mercê de endividamentos, principalmente com a oscilação na cotação das sacas de café.

O agronegócio, nas definições trazidas pelos os autores Welch e Fernandes (2008, p. 165) sendo formulado pela primeira vez por Davis e Goldberg (1957) se define como:

[...] um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. No decorrer do tempo, o movimento desses complexos e suas políticas formaram um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos setores da economia.

Com a atuação multiescalar desse complexo de sistemas que atua por vezes de forma perversa no campo, sob as réguas do capital, em especial sobre pequenos agricultores, não seria diferente na região estudada, que esse sistema coordenasse as trocas comerciais e a forma de produção da cafeicultura convencional no Sul de Minas, onde se encontra a sede de uma das maiores cooperativas de café do mundo. Todos produtores, de forma direta ou indireta, obedecem a lógica de produção desse sistema, ou acabam sendo excluídos.

Diante das colocações anteriormente citadas, é necessário analisar como é estabelecida a relação dessa cooperativa de café, a COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda.), com os produtores associados.

Segundo informações do atual presidente, que na época da pesquisa era vice-presidente da Cooxupé, em 2017, a COOXUPÉ foi criada em 1932, no município de Guaxupé, com a finalidade de ser uma cooperativa de gerar créditos aos produtores da região (Cabo Verde, Guaranésia, Muzambinho e Monte Santo de Minas) depois da crise do café que aconteceu em 1929. Depois de 25 anos, em 1957 ela passou a ser uma cooperativa de produção, método este que ocorre até o momento atual e se expandiu para outras regiões de Minas e estado de São Paulo.

De acordo com o vice-presidente, aproximadamente são 14 mil cooperados em mais de duzentos municípios mineiros e paulistas, trabalhando com a compra, venda, estocagem e beneficiamento. Em suas palavras, existem alguns fatores que fazem com que a cooperativa se destaque.

Acredito que tem alguns fatores. Eu vou te enumerar uns 2 ou 3 principais: o primeiro é a força do trabalho; segundo a credibilidade do cooperado a essa organização; e um terceiro, bastante relevante, muito significativa, principalmente para os dias de hoje, o profissionalismo dos nossos funcionários. Uma cooperativa para se tornar esse porte, esse tamanho, tem

necessidade de ter um corpo de colaboradores à altura dela. Não basta ser grande, para isso é preciso de profissionais competentes, bem remunerados e aí precisa também de os próprios diretores terem um pouco de humildade para respeitar esse funcionalismo, ou seja, já estou entrando em uma outra seara que trata da governança. A esses eu atribuo o sucesso da cooperativa, do tamanho e dela e seu ela, posso dizer se ela destoa das demais é por conta desse porte, desse poder de ter esses profissionais. (MELO, 2017).

Questionado, se a maior preocupação da Cooperativa é o cooperado, a resposta foi afirmativa.

Sim, o maior. Qual a razão de uma cooperativa, não são os cooperados? Então, a preocupação essa responsabilidade por parte de diretores e corpo executivo da cooperativa tem que ser constante, permanente e voltado para o cooperado, que é a razão de ser da cooperativa. Esse cooperado é o dono da organização. (MELO, 2017).

Todavia, o decorrer deste trabalho irá apontar a realidade dos produtores de café, principalmente sobre a visibilidade das mulheres, como estas participam da produção, beneficiamento e a venda das sacas de café.

De acordo com os dados coletados para esta pesquisa, as famílias entrevistadas correspondem ao perfil de agricultores familiares, onde os integrantes da família estão envolvidos no processo de trabalho com a terra, esta é uma herança geracional nestas famílias e todos possuem ligação com o campo e com a cafeicultura.

Pensando nesta ótica, as mulheres que vivem no campo e produzem o café convencional junto com suas respectivas famílias, em determinada época do ano desempenham atividades agrícolas restritas, como: no período de adubação, capina/limpeza das ruas de café, pulverização de tóxicos e poda/esqueletação do café. Porém em tempo de safra, esta mesma mulher desempenha dupla jornada para atender as demandas, como: a colheita do café, recebimento de carga no terreiro, processo de secagem e no fim da safra, estas fazem a varrição do café que ficou no chão.

Conforme Wanderley (1996), a agricultura familiar se baseia nas decisões pautadas em todos membros da família, com o intuito de reforçar e garantir a permanência destes no campo. O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assumem o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir, que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, o fato de uma estrutura produtiva

associar família-produção-trabalho, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Entretanto, nota-se a desvalorização da mulher em vários processos ligados as atividades do campo, pois, se esta mulher participa da produção de café, qual o motivo da sua ausência em relação as decisões e negociações finais do produto. Essa valorização ainda está mais distante por parte da cooperativa, que claramente pretende atender os interesses quantitativos do mercado, e não tem abertura para a participação ativa das mulheres dos cooperados, especialmente em decisões financeiras.

Essa desvalorização, ocorre dentro do próprio ambiente familiar, a forma como toda a família se organiza na divisão do trabalho ainda sobrecarrega ou desvaloriza a mulher mesmo que de forma velada, poucas são as mulheres que fazem parte de uma produção participativa, assim, estas passaram a ter mais consciência do seu valor, e das desigualdades e buscam cotidianamente transformar essa realidade.

Segundo Carneiro (2008), a unidade de análise se tratando de agricultura familiar, deve ser privilegiada como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversas e estas não podem ser reduzidas apenas as relações de trabalho. Desse modo então, é necessária uma compreensão crítica e empática dos agricultores (as), pais e mães, filhos e filhas, sobre a produção, relação familiar e cooperativismo, entendendo a agricultura familiar além do trabalho.

Em relação as mulheres dentro do ambiente da agricultura familiar, as autoras Brumer e Anjos (2008), ressaltam a reprodução social das famílias agricultoras que ainda possuem traços do patriarcado e a sucessão geracional das mulheres e jovens no meio rural. Uma vez que o papel do pai, chefe da propriedade e agricultor estão inter-relacionados, este homem não possui a mesma função que um empresário capitalista, pois este produtor rural não pode dispor da força de trabalho de sua família. Contudo, um membro em específico, está sujeito às cobranças, desacordos e desvalorização, neste caso, é a mulher. Para tanto, é crucial quebrar os paradigmas que subordinam as mulheres, em qualquer esfera da sociedade.

Sob a ótica das mulheres entrevistadas, quanto a cafeicultura convencional atualmente, estas acreditam que a qualidade de vida de suas famílias aumentou, porém, o custo do manejo continua alto, além do preço final do café beneficiado ser injusto, devido ao investimento exigido pelo mercado.

“No nosso caso, graças a Deus, conseguimos viver confortavelmente. Hoje a gente consegue vender bastante café, mas foi fruto de muito trabalho”. (C. M.).

“No café eu acho que poderiam regular melhor os preços para os produtores não sofrerem tanto”. (I. B.).

“Hoje a gente está estável, graças a Deus, mas já passamos por situações difíceis, é fácil se endividar com bancos, difícil arrumar créditos e incentivos”. (M.S.).

O que se encontrou a campo, apesar das entrevistadas não exporem claramente que a cooperativa tem pontos negativos, acabou por revelar que o agricultor familiar precisa trabalhar e investir na lavoura para igualar seus rendimentos e qualidade do café de acordo com os desejos do mercado, isto os induzem a trabalhar mais, adquirir mais crédito e financiamentos e assim, cada vez mais, estes cafeicultores são dependentes da cooperativa e do agronegócio.

Todo esforço, em nome de um crescimento econômico e um destaque na produção que muitas vezes não acontece, conforme o relato de uma entrevistada.

[...] não podemos fazer muita dívida, e quem está na roça não pode, principalmente se tiver PRONAF aí depois fica devendo e fica na mão do governo. Então temos que saber administrar essa situação. Vender café mesmo é pior do que colher, porque por exemplo, o café está subindo, aí você fala não vou vender agora não, porque ele pode subir mais um pouco, quando vê no outro dia ele caiu! Aí você precisando, você vai vender na baixa mesmo, seja o preço que estiver. Então eu acho que tinha que ser mais valorizado o agricultor, porque tem todas essas situações. (S. F.).

Em relação ao cuidado com a lavoura, quando precisam de assistência técnica, disseram ser atendidos, mas, em alguns casos são os cafeicultores que procuram os técnicos, as visitas não são comuns e existem poucos projetos culturais, sociais ou de incentivo para os cafeicultores. Quando acontecem, são feiras de maquinários e implementos agrícolas na cidade sede da cooperativa, onde é ofertado o transporte dos cooperados, e poucas são as mulheres que conseguem participar.

Por meio dos depoimentos das entrevistadas, é evidente que a mulher desempenha papéis extremamente importantes no seu domicílio, na família, no trabalho e na administração do seu meio de produção. Pode-se notar também nesta pesquisa, que a influência da cafeicultura para a renda familiar destas agricultoras é fundamental, logo, é perceptível nas falas das produtoras de café convencional, como estas ressaltam os pontos críticos que afetam suas famílias como: falta de apoio governamental, desvalorização na

comercialização do café, falta de reconhecimento do trabalho árduo destes agricultores e o apoio das suas respectivas cooperativas.

“A gente sabe que viver no campo não é fácil. Parece que é, para quem já mora há muito tempo, aí, outra pessoa vê e acha que é fácil, mas não é. Só a gente sabe das nossas lutas no dia-a-dia”. (M.S).

“Eu acho que o governo tinha que valorizar mais a agricultura, porque o nosso produto ele não tem o valor devido, e a gente vê, o que está segurando o Brasil é a agricultura”. (L.F.).

“O governo poderia melhorar para agricultor, colocar preços mais baixos ou com menos impostos nos produtos, porque a agricultura move o país”. (F. A.).

Assim, diante da dimensão em que atua a cooperativa em questão, espera-se que cada cooperado (a) tenham suas individualidades e necessidades atendidas na produção de café, além de projetos que abarquem em específico as mulheres, para uma melhor produção e sobrevivência no campo.

No entanto, ainda o que se nota, são os interesses desta empresa voltada para a excelente produção dos grãos de café, para tanto, existe a pressão sobre a venda de insumos químicos, fertilizantes, maquinários, no intuito de fazer com que os produtores invistam em créditos, financiamentos, parcerias econômicas e mais uma série de ações que contribuem para o crescimento da cooperativa propriamente dita, enquanto deveriam buscar o crescimento do cooperado, como uma verdadeira associação deveria atuar.

### **Divisão desigual do trabalho e sua valorização expressa na fala das mulheres entrevistadas**

Como já mencionado, a Cooxupé atua na intermediação entre o produtor de café e o mercado, exigindo elevado padrão de qualidade, difícil de ser alcançado pelo agricultor familiar. Como consequência, o núcleo familiar, incluindo as mulheres, é afetado, e a tomada de decisões sobre o destino da produção não se modifica porque dependem da cooperativa para sobrevivência da família, no contexto do agronegócio do café. Analisar todos os aspectos que envolvem a vida dessas mulheres no campo, são fundamentais para se entender porque seu trabalho não é valorizado como o do homem.

Algumas reflexões já foram possíveis de serem realizadas com durante a fala do vice-presidente da cooperativa entrevistado, segundo o qual, as mulheres possuem importância para a cooperativa, destacando que elas “auxiliam” nas decisões, mas sempre

sombreadas por pais e maridos. O que se identificou foi que as mulheres atuam na cooperativa principalmente e quase que exclusivamente em serviços administrativos, mulheres que não são cooperadas ou esposas de cooperados, e as agricultoras familiares cooperadas em sua maioria não participam das tomadas de decisões ou negociações diretas de compra e venda de insumos ou da própria produção do café.

No momento em que as mulheres entrevistadas foram questionadas sobre sua relação com a cooperativa, a maioria destacou apenas os encontros, almoços entre famílias dos cooperados, onde há um espaço reservado para as mulheres com palestras e falas sobre questões familiares e de saúde, o que mais uma vez parece reforçar que a questão do cuidado familiar e do papel educativo cabe apenas à mulher, como na fala de uma entrevistada

Em relação à Cooperativa eu vou mais aos eventos mesmo, negociação é meu marido quem faz. Mas eles fazem palestra para as mulheres separado, e participação mesmo depende da mulher eu acho [...] eles que escolhem os temas das palestras, geralmente é mais voltada para questão doméstica, eles fazem bastante sobre saúde. (M. L.).

Não são temas propostos pelas mulheres, e nem são voltados a como incentivá-las na administração e nas vendas do café de suas propriedades. Mesmo as mulheres que são as cooperadas, passam as responsabilidades e compromissos como sócias aos maridos. As mulheres entrevistadas também disseram não pertencer a nenhuma associação exclusiva de mulheres e poucas tinham conhecimento desse tipo de organização na região, mas consideraram que seria uma situação favorável para colocarem juntas seus questionamentos, e ideias para que seu papel seja reconhecido diante da sociedade e até mesmo da família.

A maioria das entrevistadas nasceram ou foram criadas no campo, e desde pequenas já se envolviam em todas as atividades na horta, na lavoura, nos terreiros de café além de ajudarem as mães nos serviços domésticos e na responsabilidade da criação de irmãos mais novos. Quando se casaram foram morar na propriedade dos maridos, ou sendo a herdeira da terra, o marido passou a morar na propriedade e ser o responsável por ela.

A grande parte concluiu apenas o ensino fundamental, não se formaram no ensino médio, e nem possuem graduação. Questionadas se gostariam de ter continuado os



estudos e sua importância, todas gostariam, e não o fizeram porque na época, deslocar para a cidade para estudar era caro, e o pai só pagava para o irmão, ou porque tiveram de se casar jovens ou tiveram filhos ainda jovens e passaram assumir, sozinhas, sua criação. Algumas das entrevistadas mais jovens, ainda pensam em seguir os estudos e fazer faculdade.

Eu fiz até o terceiro colegial. Eu queria ter estudado mais, mas ainda pretendo. Porque quando a gente casou e morou lá em Muzambinho eu não pensava muito nessa possibilidade de estudar. Aí depois que eu mudei para cá eu engravidei, e como minha gravidez foi uma gravidez difícil e eu não pude mais ter filhos, aí eu coloquei a Bianca (minha filha) como prioridade. Agora ela já cresceu, então eu penso em fazer alguma coisa, ainda não sei o quê, ainda não parei para pensar em que, mas quero. (L.A.L.R.)

Eu estudei até a sexta série. Eu gostaria de ter estudado mais, é bom, faz falta, se a gente quiser trabalhar, ou ter que fazer outras coisas como serviços de banco é bom ter estudo. Eu até queria ter estudado mais, meu irmão até estudou, mas na época a prefeitura não disponibilizava transporte, aí tinha que ir de ônibus meu pai tinha que pagar, aí ele já pagava para o meu irmão todo dia, então era mais complicado. Então meu irmão continuou e eu parei, e hoje ele trabalha na cidade e eu casei. (M. L.).

Durante as entrevistas com as mulheres, foi possível perceber que elas reconhecem sua importância e a multiplicidade de funções que exercem dentro do ambiente doméstico e fora dele, em todas as atividades produtivas exercidas pela unidade familiar. Algumas dessas mulheres são esclarecidas, engajadas, participam das decisões da família, outras são mais silenciadas e submissas.

Mesmo as mulheres que possuem alguma clareza de que são oprimidas em relação à valorização que se tem do seu trabalho, quando assim o reconhecem, ainda carregam a hierarquia patriarcal nas suas relações. Se o capital valoriza o trabalho do homem como produtivo porque gera lucros e produtos direto ao mercado, essa desvalorização do trabalho da mulher perpassa para as relações familiares, como se não pudessem demonstrar seu valor. É como se sentissem proibidas de ser a “chefe da família”, de ter a palavra final, de mostrar que tem mais conhecimento de algum assunto específico, de controlar o dinheiro da família e sua destinação.

Assim, quando questionadas se têm seu trabalho valorizado pela família dentro da propriedade, muitas consideraram suas funções como ajuda e não como trabalho, algumas tiveram uma percepção mais crítica de que são os outros que as consideraram como ajuda apenas e outras acabaram dizendo que as famílias reconhecem sua importância, mas não

tomam atitudes para mostrar que as valorizam, ou seja, desempenham diversas funções, trabalham cuidando de criações, na horta, no terreiro, e a recompensa não é individualizada. “Eu mais tomo conta da casa, e agora nessa época do café eu ajudo no terreiro só. Ajudo a mexer café, quando o meu marido sai e o secador está ligado, eu olho o secador para ele”. (L. R.). “Eu trabalho ajudando meu marido, na lavoura, em casa, no terreiro, tudo” (M. L.). “Sim! Eu ajudo em um pouco de tudo aqui. Eu que faço os serviços de casa: cozinheiro, lavo, arrumo e também ajudo a plantar café, colho também, coloco para secar, cuido da criação, é porque desde pequena eu já vivo assim, então eu até gosto” (M.G.)

Hoje não tanto, antigamente eu fazia de tudo de tirar leite da vaca a dirigir trator, limpar pano de café, cuidar do terreiro, hoje faço mais os serviços de casa mesmo, cuido das minhas plantas, das minhas flores, dos meus animais, mas ajudo em todo processo durante a panha, com os pagamentos, preparando refeições e fazendo o que for preciso. (C. B.).

São diversos os relatos das mulheres que não conseguem identificar todo trabalho doméstico e familiar como trabalho, até mesmo as atividades do roçado, do cuidado com a horta e animais, são vistos como ajuda. Não podia ser diferente em uma sociedade que desvaloriza o trabalho da mulher, especialmente aquela do campo. Questionadas se o trabalho doméstico é dividido entre os membros da família, a maioria delas, se declarou responsável por praticamente todo serviço domiciliar. É um trabalho totalmente feminino, não valorizado e com a desigualdade naturalizada até elas próprias mulheres, que estão inseridas, mas historicamente forçadas a se conformarem com a situação, pela lógica capitalista que não as valoriza e necessita de quem cozinhe, lave, passe, cuide e gere crianças.

A maior parte sou eu que faço, mas tanto os meninos, quanto meu marido sabem se virar bem também, mas hoje por conta do meu marido poder contratar gente para ajudar com o café, tem meu filho, eu prefiro cuidar mais da casa, e é bom que eu organizo do jeito que eu gosto, faço minhas faxinas sem preocupação. (I. B.).

Mais sou eu quem faço, mas se eu chamar para ajudar me ajuda. A área da minha casa é grande, então ele me ajuda toda vez que eu vou limpar. Se eu saio também, ele cozinha, ele faz o que for preciso. Já cheguei a fazer cirurgia e ter que ficar parada ele fazia tudo- lavava roupa, cozinhava, então se eu acho que está pesado para mim, ele me ajuda. (L. R.).

Sobre o acesso ao lucro das produções, na maioria dos casos, fica sob o controle do homem, ele quem recebe e administra o dinheiro, a mulher não tem sua parte separada, e quando a obtém é pelas mãos do marido, uma vez que o trabalho que é considerado como produtivo e valorizado é o do homem, mesmo quando dizem que o dinheiro é de toda família.

Os lucros que a gente tem com o café são divididos entre meu pai e meu marido depois que a gente casou, ele que cuida mais dessa parte, principalmente dos investimentos que precisam ser feitos, mas eu estou sempre a par de tudo o que é feito com o dinheiro, tenho acesso quando precisar e para comprar o que eu quiser. (F. D.).

Eu faço meu marido dar uma mesada para os meninos, e tiro uma mesada para mim também! A gente brinca assim, mas tudo que ganhamos aqui é para família, então é tudo de todos. (I. B.).

As entrevistadas falaram também de como era essa situação com suas mães, relatando casos onde a restrição era ainda maior para as mulheres terem oportunidades de crescer profissionalmente, desenvolver uma carreira, ou ter seus meios próprios de sustento. Desde novas eram obrigadas a trabalhar junto com os pais e os irmãos em todo tipo de serviço, na maioria braçais (situação que hoje relataram ser mais fácil com as tecnologias no campo, através de ferramentas e maquinários que otimizam a produção e todo seu processo), e só paravam de trabalhar para cuidar dos irmãos mais novos.

Eram elas que faziam também todo trabalho doméstico, e quando atingiam a maioridade, a preocupação se tornava arrumar um marido que lhe garantiria um novo lar, onde na nova propriedade faria os mesmos serviços pesados que cresceram vendo a mãe fazer, enquanto seus irmãos homens herdavam e ficavam responsáveis por gerenciar e seguir com os negócios dos pais.

Com a minha mãe era do mesmo jeito, e o pai não ajudava também não! Nem meus irmãos também, era tudo desse jeito também! Mas a gente era pequeno, 10 anos já tinha que trabalhar, e as meninas mais velhas ficavam em casa cuidando das crianças mais novas! E com meu pai tinha que fazer de tudo! Hoje eu estou com meus joelhos arrebentados, estou com os braços tudo com desgaste porque era tudo serviço pesado, a gente fazia cerca, furava com a escavadeira, então assim, tudo quanto é serviço que você imaginar de roça, eu já fiz! (S. D.).

A não, era bem diferente, bem mais difícil. Minha mãe teve cinco filhos, tinha que cuidar de uma casa grande, que não tinha piso, tinha que lavar roupa no rio, tinha que fazer comida que não acabava mais, e trabalhava junto com o meu pai com os cafés também, carregando tudo no braço, panhando com mão,

ficava debaixo daquele sol o dia inteiro, tinha que arruma tudo em casa, porque a gente fazia serviços de roça também, então pouco ajudava a mãe em casa, eu e minha irmã que éramos meninas, ainda ajudava mais, costurava roupa a mão, até hoje paro e penso, não sei como ela dava conta! (I. B.).

Sobre a distinção na criação de filhos homens e mulheres, para a maioria das entrevistadas por parte delas não existe, mas reconhecem que acabam seguindo destinos diferentes: mesmo que as filhas tenham interesse pelas atividades desenvolvidas na propriedade, pela cafeicultura, pela administração das funções, são incentivadas a estudar, a trabalhar fora, mesmo que em todos os discursos a escolha fique por opção da filha, acaba acontecendo esse incentivo, que é de forma diferente para o filho homem: desde pequeno acompanha o pai em todas as funções e já tem a responsabilidade de seguir e comandar as atividades da propriedade, o que não deixa de ser diferente da época das mães das entrevistadas.

“As meninas quando estão aqui em casa me ajudam, mas meu marido e meu filho ficam mais na roça, em casa ele não ajuda não, ele não sabe nada não!”. (M. L.)

Se eu tivesse uma menina ia ser diferente, eu não ia deixar ela ir para roça, eu ia querer que ela estudasse, que nem hoje eu vejo as mães que têm meninas: elas preferem ir e deixar a filha em casa do que deixar elas trabalharem na roça, porque elas têm dó, sabe que é pesado. E eu acho que faria a mesma coisa, eu vejo pela minha neta, não tenho coragem de mandar ela fazer uma coisinha, mas ela ainda faz porque precisa aprender uma coisa ou outra. (S. L.).

Aqui as meninas me ajudam bastante, então o serviço de casa não fica tão pesado, elas sabem cozinhar, lavar roupa, limpar, fazem de tudo, e como somo em três mulheres conseguimos manter a casa mais organizada, quando elas eram pequenas era mais difícil, porque meu marido até hoje só faz o básico e quando uma de nós não está aqui, isso porque já vem da criação dele, pai dele fazia ele trabalhar muito, capinar, mexer com café e criação o dia inteiro, acho que nem ele aguentava ajudar a mãe para aprender. (F. D.).

A gente criou da mesma forma, tanto a Giulia e o Fernando sabem fazer os serviços de casa, eu coloco eles para me ajudar sempre, eles me ajudam também sem eu pedir, então eles gostam, agora o Fernando quer fazer Agropecuária porque ama de paixão, a roça é a vida dele, então ele acaba ficando mais com o pai a tarde inteira, mexendo com tudo. (I.B.).

Questionadas se acreditam que as filhas não seriam capazes de executar as mesmas atividades que os filhos, as mulheres entrevistadas garantem que são capazes sim, inclusive de lidar com maquinários, tratores e ferramentas específicas, mas que são serviços pesados e sobrecarregados haja vista a função doméstica que se atribui somente a mulher, evidenciando que as relações desiguais ainda não mudaram também no campo,

principalmente dentro desse modelo de produção convencional.

As mulheres em sua totalidade não pensam em viver na cidade e querem continuar sua vida morando no campo, mesmo com as dificuldades que os agricultores familiares passam, principalmente pela questão do sentimento e apego à terra, as origens, a natureza, a tradições.

Eu já tive horta, gosto de mexer, porque aqui não tem como ficar sem plantação, mas os três anos que eu morei na cidade eu não gostei, quando eu abria a porta da minha casa de manhã, que eu via aquele muro alto, foi me dando depressão. Meu marido ia construir na cidade, mas eu não quis, eu nasci e criei na roça, então a cidade para mim me estressava. Eu penso em continuar vivendo aqui, mas quando minha filha for fazer uma faculdade aí já não sei como que vai ser, se tiver que ir para cidade por causa dela eu vou, mas se eu puder continuar aqui, com certeza eu vou continuar aqui. (L. R.).

Para a maioria, o futuro mais promissor e menos desigual das filhas ocorreria na cidade, onde as incentivam a estudar e sair do campo, na maioria das falas das entrevistadas. Talvez não saibam expressar como a divisão sexual do trabalho e as desigualdades por serem mulheres afetam o seu cotidiano, mas vivenciam tudo isso e acreditam que na cidade terão outras oportunidades onde seu trabalho seja reconhecido e valorizado. Isso pode ocorrer, mas talvez não seja prontamente como imaginam em todos os casos, porque as relações patriarcais e capitalistas se estabelecem também no urbano. É uma luta que deve ser combatida por todas.

### **Considerações Finais**

Quando se fala na divisão sexual do trabalho ainda existem muitos caminhos para percorrer, para se sair de uma alusão ao ideal, e verificar mudanças efetivas na prática. O trabalho da mulher foi e ainda é desvalorizado, principalmente quando se fala do trabalho doméstico. As múltiplas jornadas e papéis são comuns para a maioria das mulheres enquanto continuam com salários inferiores ou inexistentes. Existem mudanças, mas há passos lentos perto do que se espera.

Mesmo vivenciando situações de exploração e sobrecarga durante a infância, observando sua mãe passar pelo mesmo, as mulheres entrevistadas ainda continuam algumas vezes de forma mascarada, outras nem tanto, sendo reprodutoras das relações patriarcais. Acontecem excessos, existe uma multiplicidade de funções dedicadas a uma única pessoa e

que não é valorizada, não tem seu serviço reconhecido como trabalho, e muitas vezes em situações mais profundas são silenciadas, não são ouvidas e nem consideradas.

Existe uma forte desigualdade de gênero, um machismo evidenciado em situações sutis que parecem fazer com que a mulher esteja sempre exagerada em suas colocações, e a mulher do campo, muitas vezes é vítima de medos, receios, tem sua opinião resguardada, não se expõe, tudo porque acredita e foi criada em ambientes em que a mulher deve ser submissa, e aquelas que percebem isso, estão tentando educar as filhas de maneira diferente, para serem independentes, e essa condição é tão difícil no campo, que para atingi-la, elas acabam se afastando do campo e dos negócios da família, deixando essa função para os irmãos homens.

A condição da mulher no campo, que vive da agricultura familiar, e que tem relações com cooperativas que são grandes empresas voltadas ao agronegócio é ainda mais difícil, porque as relações de produção, de quantidade, de lucros sempre se sobressaem às relações interpessoais, ao tempo cadenciado, ao ouvir o outro.

Muitas mulheres que participam da rede de produção cafeeira vem conseguindo conquistar e aumentar a sua presença nesse ambiente, em que os homens fizeram com que se tornasse masculino na teoria, mas que na realidade só acontece todo processo, porque as mulheres estão na base de tudo, por isso é importante não considera-las vítimas, mas autoras fundamentais na estruturação da sociedade.

### **Agradecimentos**

À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), pelo apoio financeiro na realização da pesquisa “Agricultura familiar e questão de gênero no sul de minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica”, de onde se resultou este trabalho.

### **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, 11(2) 1997. Disponível em: <  
[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02\\_08.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf) > Acesso em: 19 maio 2020.

ALVES, A. E. S *et al.* Divisão sexual do trabalho em Comunidades Rurais. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX., Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa.

2012, p.4215-4226. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/divisao.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2019.

BUENO, C. T. Agricultura familiar e trabalho feminino: o caso da localidade de Picada Feliz, 7 distrito de São Lourenço do Sul/RS. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, VIII., E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, IX GT 4 – QUESTÕES DE GÊNERO, GERAÇÃO E SEXUALIDADE NO CAMPO. Curitiba, 2017. Disponível em: <[https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04\\_1504895508\\_arquivo\\_singaartigo.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_1504895508_arquivo_singaartigo.pdf)>. Acesso em: 12 nov 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, n.12, Florianópolis, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 09 dez. 2019.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, n. 12: Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 de nov de 2019.

CARNEIRO. M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA. L. F. de C.; FLEXOR. G.; SANTOS. R. (org.) **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, p. 225-269, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>> Acesso em: 10 nov. 2019.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>> Acesso em: 28 nov 2019.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre a pluriatividade e desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXLV., 2005, 10p, Ribeirão Preto. **Anai[...]**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, CD-ROM.

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher**: revisão da literatura. Seminário apresentado junto à Disciplina Seminários Aplicados do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás. 2012, p. 35. Disponível em: <[http://ppgca.evz.ufg.br/up/67/o/PARTICULARIDADES\\_DO\\_TRABALHO\\_AGRICO\\_LA\\_DA\\_MULHER.pdf?1353349531](http://ppgca.evz.ufg.br/up/67/o/PARTICULARIDADES_DO_TRABALHO_AGRICO_LA_DA_MULHER.pdf?1353349531)>. Acesso em: 15 dez. 2019.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M; SILIPRANDI, E; MENASCHE, R. **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo, Editora SOF, 1998. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2019.

ROOHNELT, P. B. C. A participação da mulher nas atividades socioprodutivas na localidade de Trapeira – Canguçu/RS. In: SALOMANI, G; COSTA, A.J. V. (org.). **Agriculturas familiares: estratégias de reprodução social e territorial**. Pelotas: Editora UFPel, 2014. p. 355.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP – v. 23 (Supl.1),1993. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1993/SUP6-0193.pdf>>. Acesso: 30 nov 2019.

SIQUEIRA, H. M.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. Café convencional versus café orgânico: perspectivas de sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares do Espírito Santo. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 58, n.2, p. 155-160, mar/abr., 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/383236/mod\\_resource/content/1/CAZELLABONNA\\_L-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/383236/mod_resource/content/1/CAZELLABONNA_L-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf)>. Acesso em: Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVA, S.P; MATOS, J.C. As mulheres camponesas e a produção invisível da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n.4, 2014, p.1-12. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/16418>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SANTOS, L. R. S; SANTOS, J. L. A condição da mulher na sociedade de classe: Agroecologia e empoderamento feminino no Assentamento 13 de Maio. In: RAMOS FILHO, E. S; SANTOS, L. R. S; SANTOS, A. R. S. (org.) **Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais**. ED. Outras Expressões 2015. São Paulo: p. 199-225.

VALE, A. R. A Agricultura Familiar no Contexto do Agronegócio do Café no Sul/Sudoeste de Minas: Variações Sobre o Mesmo Tema. In: FERREIRA, M. F. M.; VALE, A. R. **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018, p. 17- 48.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT17, XX.,1996. Caxambu –MG-. **Anais [...]** Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br> > Acesso em: 20 dez. 2019.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio nos EUA e Brasil. In: PAULILO, E. T.; FABRINI, J.E. (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

<p>Recebido em 30/12/2019. Aceito para publicação em 05/05/2020.</p>
--